



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO**

ATA

1 **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DE**
2 **ADMINISTRAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, REALIZADA NO DIA**
3 **TRINTA E UM DE AGOSTO DE DOIS MIL E VINTE E UM.** No trigésimo primeiro dia do
4 mês de agosto de dois mil e vinte e um, às quatorze horas e quinze minutos, reuniu-se de forma *on-*
5 *line*, pela sala de Webconferência no *Zoom.us*, sob a Presidência do Magnífico Reitor, Emmanuel
6 Zagury Tourinho, o Conselho Superior de Administração, com a presença dos seguintes membros:
7 Gilmar Pereira da Silva, Vice-Reitor; Marília de Nazaré Oliveira Ferreira, Pró-Reitora de Ensino de
8 Graduação; Nelson José de Souza Júnior, Pró-Reitor de Extensão; Maria Iracilda da Cunha
9 Sampaio, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; Ícaro Duarte Pastana, Pró-Reitor de
10 Desenvolvimento e Gestão de Pessoal; Raimundo Costa Almeida, Pró-Reitor de Administração;
11 Cristina Kazumi Nakata Yoshino, Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional;
12 Eliomar Azevedo do Carmo, Prefeitura; Adriana Valente Azulay, Diretora-Geral do Instituto de
13 Ciências da Arte; José Ricardo dos Santos Vieira, Diretor-Geral do Instituto de Ciências Biológicas;
14 Carlos Nazareno Ferreira Borges, Diretor-Adjunto do Instituto de Ciências da Educação; Marcos
15 Monteiro Diniz, Diretor-Geral do Instituto de Ciências Exatas e Naturais; Valena Jacob Chaves
16 Mesquita, Diretora-Geral do Instituto de Ciências Jurídicas; Armando Lírio de Souza, Diretor-Geral
17 do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas; Sandra Nazaré Dias Bastos, Diretora-Adjunta do
18 Instituto de Estudos Costeiros; Eduardo Paiva de Pontes Vieira, Diretor-Geral do Instituto de
19 Educação Matemática e Científica; Fernando Arthur de Freitas Neves, Diretor-Geral do Instituto de
20 Filosofia e Ciências Humanas; Walkyria Alydia Grahl Passos Magno e Silva, Diretora-Geral do
21 Instituto de Letras e Comunicação; Leônidas Olegário de Carvalho, Diretor-Geral do Instituto de
22 Medicina Veterinária; Arnaldo de Queiroz da Silva, Diretor-Geral do Instituto de Geociências;
23 William Santos de Assis, Diretor-Geral do Instituto Amazônico de Agriculturas Familiares; Newton
24 Sure Soeiro, Diretor-Geral do Instituto de Tecnologia; Carlos Augusto Vasconcelos Pires, Diretor
25 da Escola de Música; Rita Catarina Medeiros Sousa, representante do Hospitalar Universitário João
26 de Barros Barreto; Armin Mathis, Diretor-Geral do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos; Jussara
27 Moretto Martinelli Lemos, Diretora-Geral do Núcleo de Ecologia Aquática e Pesca da Amazônia;
28 Raimundo Alberto de Figueiredo Damasceno, Diretor-Adjunto do Núcleo de Estudos
29 Transdisciplinares em Educação Básica; Luísa Caricio Martins, Diretora-Geral do Núcleo de
30 Medicina Tropical; José Miguel Martins Veloso, Diretor-Geral do Núcleo de Inovação e
31 Tecnologias Aplicadas a Ensino e Extensão; Celina Colino Magalhães, Diretora-Geral do Núcleo de
32 Teoria e Pesquisa do Comportamento; Maria do Socorro Almeida Flores; Diretora-Adjunta do
33 Núcleo de Meio Ambiente; Ana Áurea Barreto Maia, Coordenadora do *Campus* Universitário de
34 Abaetetuba; Luciana Pereira Gonzalez, Vice-Coordenadora do *Campus* Universitário de
35 Ananindeua; Francisco Pereira de Oliveira, Vice-Coordenador do *Campus* Universitário de
36 Bragança; Ronaldo Oliveira Rodrigues, Coordenador do *Campus* Universitário de Breves; Rosa
37 Helena de Oliveira, Coordenadora do *Campus* Universitário de Capanema; Lindomar Miranda
38 Ribeiro, Coordenador do *Campus* Universitário de Salinópolis; Anderson Francisco Guimarães
39 Maia, Coordenador do *Campus* Universitário de Soure; Wassim Raja El Banna, Coordenador do
40 *Campus* Universitário de Tucuruí; representantes dos Servidores Técnico-Administrativos: Carlos
41 Max Miranda de Andrade, Udson Pacheco de Souza, Waldemar Henrique Viana Alvares, Juliano
42 Cássio da Silva Conceição e Taís Ribeiro Ranieri; representante da Associação de Docentes da
43 UFPA: Simone Negrão Freitas; representante do Sindicato dos Trabalhadores das Instituições

44 Federais de Ensino Superior no Estado do Pará: André Geovani Nunes da Costa Carvalho.
45 Convidados: Antônio Augusto da Costa Severo, Carlos Renato Lisboa Francês e Silvestre Savino
46 Neto. **1. ABERTURA.** Com a palavra, o Senhor Presidente saudou a todos e deu início à sessão.
47 Em seguida, deu às boas-vindas aos presentes. **2. ORDEM DO DIA. 2.1. Processo em Fase de**
48 **Apresentação. 2.1.1. Câmara de Assuntos Administrativos (CAA). 1) Processo n. 029658/2021.**
49 **Interessada: Universidade Federal do Pará (UFPA)/Grupo de Trabalho (GT) sobre o novo**
50 **Coronavírus. Assunto: Proposta de Resolução que atualiza as normas e os procedimentos**
51 **para o trabalho acadêmico e administrativo remoto e/ou presencial durante o período de**
52 **emergência em saúde pública causada pelo novo Coronavírus e Revogação das Resoluções n.**
53 **1.513, de 21 de dezembro de 2020 e n. 1.524, de 15 de junho de 2021. Relator: Raimundo da**
54 **Costa Almeida.** Passando à Ordem do Dia, o Senhor Presidente se reportou ao Processo em Fase
55 de Apresentação. Processo n. 029658/2021, de interesse da Universidade Federal do Pará
56 (UFPA)/Grupo de Trabalho (GT) sobre o novo Coronavírus, referente à proposta de Resolução que
57 atualiza as normas e os procedimentos para o trabalho acadêmico e administrativo remoto e/ou
58 presencial durante o período de emergência em saúde pública causada pelo novo Coronavírus e
59 Revogação das Resoluções nº 1.513, de 21 de dezembro de 2020 e nº 1.524, de 15 de junho de
60 2021. Instado, o relator Raimundo da Costa Almeida fez a leitura do parecer com voto favorável à
61 proposta de Resolução que atualiza as normas e os procedimentos para o trabalho acadêmico e
62 administrativo remoto e/ou presencial durante o período de emergência em saúde pública causada
63 pelo novo Coronavírus e Revogação das Resoluções nº 1.513, de 21 de dezembro de 2020 e nº
64 1.524, de 15 de junho de 2021 e destacou em seu voto: “[...]. II– Parecer e voto do Relator. A
65 emergência em saúde pública já perdura por mais de um ano e, ainda, sem horizonte claro do fim da
66 pandemia. A própria OMS afirma que há um longo caminho até o final da pandemia, mas o avanço
67 da vacinação tem reduzido casos graves e o número de hospitalização e queda nos indicadores que
68 balizam as decisões do GT UFPA sobre o novo Coronavírus, possibilitaram a troca para a Bandeira
69 Verde na maioria dos *Campi* da UFPA. Precisamos continuar intensificando as medidas de
70 prevenção, mesmo que já tenhamos completado o esquema vacinal, que já nos possibilita maior
71 flexibilidade para a realização de atividades presenciais. Tendo em vista às argumentações, ora
72 apresentadas, somos de parecer favorável à aprovação de uma nova Resolução recepcionando e
73 atualizando o conteúdo das Resoluções a serem revogadas (nº 1.513/2020 e nº 1.524/2021),
74 conforme a proposta apresentada pelo Grupo de Trabalho da UFPA (GT UFPA) sobre o novo
75 Coronavírus. Este é o nosso parecer. S.m.j”. Ao final da leitura do parecer foi solicitada a quebra de
76 interstício da matéria. Em seguida, o Senhor Presidente ressaltou que o processo ficará apresentado.
77 Disse, ainda, que o processo será deliberado no dia 06.09.2021. Disse, também, que esse tempo é
78 para que as Unidades e Subunidades possam discutir sobre o assunto. Com a palavra, a Conselheira
79 Rita Catarina Medeiros Sousa ressaltou que a proposta de resolução, que ora se discute, é fruto de
80 grande amadurecimento e discussão dentro do Grupo de Trabalho. Disse, ainda, que houve muitas
81 discussões pelos integrantes do GT, pois as pessoas visualizam diversos cenários, e, dessa forma, é
82 natural que alguns membros do grupo sejam contra a uma maior flexibilização em direção ao
83 retorno das atividades presenciais. Acrescentou, ainda, que foi consenso dos profissionais da área
84 da saúde e do grupo de trabalho da necessidade do retorno das atividades presenciais. Disse, ainda,
85 que a pandemia ainda não acabou, caso o cenário mude para o agravamento da pandemia que novas
86 medidas serão tomadas e será necessário retroceder na flexibilização, mas nesse momento, nada
87 impede que haja o avanço das atividades presenciais. Em seguida, ressaltou que a vacina beneficia
88 todos os grupos desde os adolescentes até os idosos. Disse, ainda, que é dada a oportunidade a todos
89 de se vacinarem, o que de imediato não é a solução, mas ajuda na prevenção da doença, além de
90 medidas de proteção amplamente conhecidas como uso de máscaras, lavar as mãos e manter uma
91 distância segura. Finalizou sua fala ressaltando que o momento atual é o melhor diante do quadro da
92 pandemia. Disse, ainda, que o momento é propício para a flexibilização. Com a palavra, a
93 Conselheira Walkyria Alydia Grahl Passos Magno e Silva indagou como será feito o controle
94 vacinal dos servidores da UFPA. Disse, ainda, que há muitas pessoas que optaram por não se
95 vacinar. Disse, ainda, que seria importante constar na resolução que a vacina é obrigatória, ainda,

96 que se saiba que há as ressalvas, que são aqueles casos de pessoas que não podem se vacinar. Disse,
97 ainda, que é muito difícil para as Unidades fazerem algum tipo de controle. Em seguida,
98 acrescentou que algumas Universidades públicas estão convocando para o retorno das atividades
99 presenciais, e na oportunidade, a instituição informa que aqueles que não estiverem vacinados ficam
100 impedidos de retornar as suas atividades. Com a palavra, o Conselheiro José Ricardo dos Santos
101 Vieira ressaltou que a discussão é de extrema importância para toda a comunidade. Disse, ainda,
102 que seria importante discutir sobre o retorno presencial de 100% em setores administrativos e locais
103 de atendimento ao público, pois, acredita que não seja necessário ainda o retorno de 100% das
104 atividades. Acrescentou, ainda, que para outras atividades a resolução explícita sobre a
105 possibilidade (não obrigatoriedade) do retorno, e, nesses casos, limita o retorno em 50%. Com a
106 palavra, o Conselheiro Leônidas Olegário de Carvalho ressaltou sobre a necessidade de maior
107 cuidado com as pessoas que apresentam alguma comorbidades. Com a palavra, a Conselheira Taís
108 Ribeiro Ranieri indagou sobre as novas determinações para o bandeiramento verde quanto ao
109 trabalho em setores administrativos e locais de atendimento ao público. Em seguida, indagou se o
110 retorno de 100% dos técnico-administrativos é opcional ou obrigatório. Finalizou dizendo que é
111 contra o retorno de 100% das atividades presenciais como obrigatória, mas que seja considerado
112 como uma opção. Com a palavra, a Conselheira Celina Colino Magalhães indagou sobre as notícias
113 que se apresentam da quarta onda da Covid19. Disse, ainda, que nesse caso, como fica a eficácia da
114 vacina. Com a palavra, o Conselheiro Armando Lírio de Souza indagou sobre o retorno de 100%
115 das atividades administrativas. Disse, ainda, que alguns dados ainda são preocupantes e indagou se
116 esse retorno não poderá continuar flexibilizado. Indagou, ainda, se o trabalho remoto irá continuar
117 como procedimento no conjunto das atividades que estão sendo realizadas. Com a palavra, o
118 Conselheiro Eduardo Paiva de Pontes Vieira indagou sobre o retorno do restaurante universitário
119 diante desse quadro de retorno das atividades presenciais. Com a palavra, o Conselheiro André
120 Geovani Nunes da Costa Carvalho disse que a categoria dos técnico-administrativos tem uma
121 grande preocupação quanto ao retorno presencial pelo fato de atender diariamente toda a
122 comunidade acadêmica e administrativa. Disse, ainda, que os espaços de trabalho são pequenos e
123 alguns não apresentam ventilação adequada. Disse, ainda, que atualmente o trabalho está sendo
124 realizado por escala de revezamento. Com a palavra, o Conselheiro Gilmar Pereira da Silva
125 argumentou que o Grupo de Trabalho foi muito cuidadoso quanto sinalizou às mudanças no
126 bandeiramento. Disse, ainda, que a proposta de resolução considera diversos aspectos importantes
127 para o retorno das atividades presenciais na UFPA. Disse, também, que é considerado o avanço da
128 vacinação, inclusive para os adolescentes. Disse, ainda, que as resoluções são uma espécie de
129 planejamento. Disse, também, que antes da aprovação das mesmas, há diálogos com as Unidades.
130 Com a palavra, a Conselheira Rita Catarina Medeiros Sousa explicou que a proposta para o
131 bandeiramento verde se dá devido ao avanço da vacina. Disse, ainda, que em 2020, quando passou a
132 vigorar a resolução, não havia nenhuma perspectiva de vacina, mas a realidade mudou, sendo
133 necessário adequar à resolução a essa nova realidade. Acrescentou, ainda, que quanto ao retorno de
134 20%, 30% , 70% ou 100% que é sempre bom lembrar que os profissionais da saúde estão com
135 100% das atividades presenciais há muito tempo, inclusive em alguns casos com salas lotadas e
136 com contato próximo com pacientes e acompanhantes muitas vezes não vacinados. Disse, ainda,
137 que o que não se pode flexibilizar é o uso da máscara e os cuidados com a prevenção. Em seguida,
138 completou dizendo que a mudança de bandeiramento é uma forma de planejamento. Acrescentou
139 que a pandemia é dinâmica e a reação também precisa ser dinâmica. Prosseguindo, disse que a
140 queda da eficácia da vacina se dá devido ao aspecto das cepas circulantes, sendo que algumas delas
141 são mais contagiosas e algumas delas têm alguma mutação que faz com que a vacina não tenha
142 eficácia. Disse, ainda, que há também outra característica, que é a queda da proteção vacinal com o
143 passar do tempo e essa queda é mais rápida quanto mais avançada for à idade da pessoa, por isso
144 está sendo proposto a começar uma terceira dose para todos os idosos. Prosseguindo a reunião, o
145 Senhor Presidente ressaltou que é necessário fazer algumas ponderações a cerca do assunto. Disse
146 que todas as preocupações apontadas pelos Conselheiros são relevantes e que a administração
147 superior pretende avançar com segurança para não colocar em risco as pessoas ou pelo menos um

148 risco que poderia ser evitado. Disse, ainda, que é necessário manter os cuidados que todos
149 conhecem bastante, além de continuar com o processo de vacinação. Acrescentou que há um
150 pensamento equivocado quanto ao fato de que se a situação piorar as recomendações continuam as
151 mesmas, fato que não é verdade, pois a mudança de bandeiramento se dá justamente para
152 atualizar a realidade vigente. Acrescentou, ainda, que o sistema de bandeiramento segue sendo
153 atualizado, e, caso haja um agravamento dos indicadores epidemiológicos, que também haverá
154 mudanças para uma bandeira mais restritiva. Em seguida, disse que o Grupo de Trabalho (GT)
155 segue monitorando a situação e indicará eventuais mudanças de bandeira se houver necessidade.
156 Disse, ainda, que o retorno presencial deverá ser planejado, pois a realidade mudou. Disse, também,
157 que a administração superior precisa prestar conta com a sociedade, que nesse momento não há
158 justificativa para não retornar as atividades presenciais. Finalizou dizendo que caso o Conselho
159 aprove a resolução e o retorno das atividades presenciais, será preciso fazer recomendações as
160 Unidades quanto aos procedimentos, além de ajustar os espaços e adaptar as infraestruturas. Disse,
161 ainda, que quanto ao retorno de 100% das atividades dos técnico-administrativas que as mesmas se
162 diferencia das atividades acadêmicas. Disse, ainda, que sobre o auxílio transporte que o mesmo será
163 restituído e caso isso não ocorra, que o servidor poderá informar para o dirigente para que o mesmo
164 informe à PROGEP sobre o retorno do servidor ao trabalho presencial. Disse, ainda, que sobre o
165 restaurante universitário que o retorno do mesmo depende de planejamento financeiro. Acrescentou,
166 ainda, que está se planejamento o retorno do mesmo para outubro/2021. Disse, ainda, que sobre o
167 teletrabalho não há como prever ou avaliar se o mesmo poderá permanecer e nem saber em que
168 circunstâncias o mesmo poderá ser realizado. Acrescentou, ainda, que o teletrabalho não autoriza o
169 servidor a se afastar da cidade onde está lotado. Finalizou dizendo que a administração superior está
170 empenhada para qualquer ajuste necessário na minuta da resolução proposta pelas Unidades. Após,
171 os esclarecimentos, o Senhor Presidente enfatizou que o processo ficou apresentado, sendo
172 deliberado na Reunião Extraordinária convocada para o dia 06.09.2021. Em seguida, disse que o
173 Conselheiro Ícaro Duarte Pastana, Pró- Reitor de Desenvolvimento e Gestão de Pessoal fará uma
174 breve apresentação sobre as mudanças que tramitam quanto à gestão das aposentadorias das
175 autarquias e das fundações públicas, as quais conforme determinação do Governo Federal ficarão a
176 cargo do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). Em seguida, passou a palavra ao
177 Conselheiro Ícaro Duarte Pastana para discorrer sobre o assunto. Com a palavra, o Conselheiro
178 Ícaro Duarte Pastana explicitou que as mudanças decorrem da centralização pelo Governo Federal,
179 via INSS, quanto às aposentadorias e pensões. Disse, ainda, que de forma geral existe o Regime
180 Próprio de Previdência Social (RPPS), que trata da previdência dos servidores públicos e o Regime
181 Geral de Previdência Social (RGPS), que determina as regras de previdência pública para os
182 trabalhadores da iniciativa privada. Disse, ainda, que em regra é necessário haver uma Unidade
183 gestora única do regime próprio de previdência social, a exemplo do Instituto de Gestão
184 Previdenciária do Estado do Pará (IGEPREV), fato que não ocorre nas Autarquias e Fundações
185 Públicas Federais. Acrescentou, ainda, que o Decreto nº 10.620/2021, dispõe sobre a competência
186 para a concessão e a manutenção das aposentadorias e pensões do regime próprio de previdência
187 social da União no âmbito da administração pública federal. Acrescentou, também, que o referido
188 decreto, determina que caberá ao INSS, no âmbito das autarquias e das fundações administrar esses
189 serviços. Acrescentou, ainda, que haverá um período de transição, o qual será definido pelo
190 Presidente do INSS. Disse, ainda, que passam a integrar a competência do INSS, a análise, o
191 cálculo, a concessão, o custeio, a manutenção e as alterações. Disse, também, que continuará com a
192 gestão da UFPA a perícia oficial. Finalizou dizendo que haverá um cronograma fechado para poder
193 realizar toda essa transição, sendo que a UFPA aguarda um posicionamento sobre a data de início
194 dessa transição. **3. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente
195 agradeceu o comparecimento dos Senhores Conselheiros e, às dezesseis horas e trinta e cinco
196 minutos, deu por encerrada a sessão, da qual, para constar, foi lavrada a presente Ata, que após
197 aprovada, será assinada pelo Presidente do Conselho, por mim, Soraya Maria Bitar de Lima Souza,
198 Secretária-Geral dos Órgãos Deliberativos da Administração Superior, e demais presentes.